

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE MONTES CLAROS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JÚLIO CÉSAR CANGUSSU SOUTO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992

Data da instalação: 21-12-1992

Data de implantação do PJe: 4-3-2015

Jurisdição: Montes Claros, Bocaiúva, Botumirim, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro das Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Itacambira, Josenópolis, Juramento, Mirabela, Olhos-D'Água, Padre Carvalho, São João da Lagoa, São João do Pacuí e Ubaí.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-4-2021, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 27-11-20

Às 8 horas do dia vinte e dois de abril de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 2ª Vara do Trabalho de Montes Claros, situada na Avenida Major Alexandre Rodrigues, 65, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Júlio César Cangussu Souto**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Conceição Geralda de Jesus Pereira Brito; e os servidores Aline Ruas de Queiroz Espíndola, Cássia Maria Carvalho Santos, Fabiane Nogueira Reis, Mariana Lopes Coelho, Mônica Caldeira Alves de Azevedo, Philippe Souza e Silva, Renata Soares Sapucaia, Shirley Simone Cangussu Martins Cordeiro, Tatiana Soares Fonseca e Vanderlene Durães Pereira Santos e a estagiária Ana Juliana da Silva Neta. Ausente o servidor Antônio Ferreira Neto Alcântara Bittencourt, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 499 processos, distribuídos neste ano até o dia 14-4-2021, apurando-se a média de 7,7 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 18 cartas precatórias, dentre elas 4 executórias, até o dia 14-4-2021, das quais 4 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 403 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 89 processos foram remetidos neste ano até o dia 14-4-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 73 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 71 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 477 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 141 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 3 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição:

- 0010704/19 e 0010940/20: suspensos pendentes de outras ações.

- 0010144/19: suspenso conflito negativo de competência:.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Montes Claros - 02a Vara					
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	39,31	47,37	34,31	26,47	30,78	33,96

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	227
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	430
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	55

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	31
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2013	1	8
2016	1	5
2017	4	4
2018	3	3
2019	38	2
2020	339	1

2021 – ano de referência	326	
TOTAL	712	0,64

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

Processo	Classe	Tarefa
0001299-43.2013.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011852-47.2016.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010692-50.2017.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011134-16.2017.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011825-30.2017.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011935-29.2017.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011146-93.2018.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011287-15.2018.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011325-27.2018.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010118-56.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010144-56.2019.5.03.0067	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010454-47.2019.5.03.0072	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010516-03.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010538-61.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010558-52.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010650-30.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010704-93.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando final do

	Ordinário	sobrestamento
0010737-83.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010922-24.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010932-68.2019.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	840

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	253

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	848

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item	0

	prazo vencido	90393 no final do período de referência	
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	55

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Montes Claros - 02a Vara					
Indicador / Ano (Nota: os resultados do 3ºtrim/2020 foram atualizados devido as remessas retificadoras dos dados de 2020 enviadas ao TST)	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	80,76	69,55	72,72	61,13	63,48	68,46

Existem 1.327 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 829 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 225 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 273 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 14/04/2021

No ano anterior, até dia 14/04/2020 - havia 1.651 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.059 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 451 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;

c) 141 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

Processo	Classe	Tarefa
0109900-27.2005.5.03.0100	Execução Fiscal	Processo Retornou De Instância Superior Pendente De Recurso De Revista
0110100-34.2005.5.03.0100	Execução Fiscal	Despacho
0000220-97.2011.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000046-54.2012.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Encerrada A Suspensão Na Fase De Execução
0001310-43.2011.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou De Instância Superior Pendente De Recurso De Revista
0010468-83.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011220-55.2015.5.03.0100	Execução Fiscal	Aguardando Final Do Sobrestamento
0011221-40.2015.5.03.0100	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0011440-53.2015.5.03.0100	Execução Fiscal	Aguardando Prazo
0011441-38.2015.5.03.0100	Execução Fiscal	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010417-72.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010203-81.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010259-17.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010989-28.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011545-30.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011544-45.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0011027-40.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010549-32.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Término Dos Prazos

0011065-52.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar Expedientes E Comunicações
0010671-45.2015.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	30	50
02-FEVEREIRO	15	29
03-MARÇO	50	49
04-ABRIL	33	29
05-MAIO	97	
06-JUNHO	18	
07-JULHO	22	
08-AGOSTO	8	
09-SETEMBRO	20	
10-OUTUBRO	14	
11-NOVEMBRO	60	
12-DEZEMBRO	101	
Totais	468	157

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
	2														1	
JULIO CESAR CANGUSSU SOUTO	28	14	50	24	47	18	22	8	10	7	60	101	30	10	48	29
MARCELO PALMA DE BRITO													20	7		
SERGIO SILVEIRA MOURAO		1		9	50				10	7				12		
Totais	30	15	50	33	97	18	22	8	20	14	60	101	50	29	49	29

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	13	2
02-FEVEREIRO	23	12
03-MARÇO	32	22
04-ABRIL	9	8
08-AGOSTO	8	
09-SETEMBRO	18	
10-OUTUBRO	16	
11-NOVEMBRO	16	
12-DEZEMBRO	14	
Totais	149	44

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 14-4-2021, existem 30 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	3
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	26
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	30

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 22-4-2021 havia 15 processos:

- a) **una:** 1 processo;
- b) **una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 8 processos;

- c) una (rito sumaríssimo):** 2 processos;
- d) inicial por videoconferência:** 1 processo;
- e) instrução por videoconferência:** 1 processo;
- f) conciliação em conhecimento:** 1 processo;
- g) conciliação em conhecimento por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011612/20, 0010270/21, 0011614/20, 0010063/21, 0010104/21, 0011453/20, 0011491/20, 0010301/21, 0011455/20 e 0011460/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011612/20, 0011614/20, 0010063/21, 0010104/21, 0011453/20, 0011491/20, 0010301/21, 0011455/20 e 0011460/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 18-4-2021, 53 processos físicos no total, nenhum migrável

Exame dos autos dos processos 0010397/21, 0010436/21, 0010435/21, 0011535/20, 0011233/20, 0010151/21, 0010246/21, 0010099/21, 0011465/20, 0010391/21, 0010144/19, 0010704/19, 0010516/19, 0010940/20, 0010205/21, 0010140/21, 0010139/21, 0010200/21, 0010173/21, 0010171/21, 0010174/21, 0010091/21, 0011582/20, 0011507/20, 0011523/20, 0011375/20, 0011448/20, 0011564/20, 0011548/20, 0011501/20, 0011337/18, 0011264/19, 0011606/20, 0011705/19, 0010483/20, 0010023/21, 0010530/20, 0010524/19, 0010083/20, 0010116/18, 0011677/19, 0011230/18, 0010897/19, 0010220/18, 0010501/20, 0011270/20, 0010166/21, 0010254/21, 0011040/19, 0011426/20, 0010751/17, 0010195/17, 0010681/17, 0010352/18, 0010034/21, 0011229/20, 0010076/21, 0010290/21, 0010017/21, 0011282/20, 0010125/21, 0011625/20, 0010227/21, 0010376/21, 0010913/19, 0010273/20, 0010564/20, 0010584/20, 0010271/20 e 0010376/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010205/21, 0010140/21, 0010139/21, 0010200/21, 0010173/21, 0010171/21, 0010174/21, 0010091/21, 0011582/20, 0011507/20, 0011523/20, 0011375/20 e 0011448/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação

de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010085-03.2018.5.03.0100	Aguardando apreciação pela instância superior
0010221-68.2016.5.03.0100	Aguardando apreciação pela instância superior
0010563-11.2018.5.03.0100	Arquivo provisório
0045200-03.2009.5.03.0100	Arquivo provisório

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010431-46.2021.5.03.0100	Preparar expedientes e comunicações
0010696-53.2018.5.03.0100	Cumprimento de Providências
0011990-77.2017.5.03.0100	Cumprimento de Providências

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	33	54	86
Instrução processo físico	1.914	0	0
Instrução processo eletrônico	218	146	118

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	16	36	1º-6-21- 27 dias
Procedimento Ordinário	12	31	20-5-21 - 19 dias
Instrução	87	146	21-3-22 - 202 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 14-4-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	395	137

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	105	163

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	125	2.026
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da	0	0

execução – ente público (item 277)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	862

No ano atual, apurou-se que, até o dia 14/04/2021, com 64 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	33	0,516
Julgados procedentes em parte	70	1,094
Julgados improcedentes	29	0,453
Extintos com resolução de mérito	7	0,109
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	139	2,172
Extintos sem resolução de mérito	6	0,094
Arquivamento	12	0,188
Desistência	9	0,141
Outras decisões sem resolução de mérito	8	0,125
Total sem resolução de mérito	35	0,547
Decisões de conhecimento	174	2,719
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	33	0,516
Decisões na fase de execução	25	0,391
Total	232	3,625

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	86	0,366
Julgados procedentes em parte	216	0,919
Julgados Improcedentes	121	0,515
Extintos com resolução de mérito	18	0,077
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,004

Total com resolução de mérito	442	1,881
Extintos sem resolução de mérito	55	0,234
Arquivamento	33	0,14
Desistência	59	0,251
Outras decisões sem resolução de mérito	36	0,153
Total sem resolução de mérito	183	0,779
Decisões de conhecimento	625	2,66
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	127	0,54
Decisões na fase de execução	67	0,285
Total	819	3,485

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/03/2021 até 31/03/2021, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	12	0,545
Conciliação em execução	0	0
*Encerramento de instrução	2	0,091
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	41	1,864

Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	42	1,909
Una / Una (rito sumaríssimo)	149	6,773
Total	244	11

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de março de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 89 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. Mês de abril 2021 apurado até dia 14-4:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	72	34	6	2	6	
02-FEVEREIRO	99	68	7	2	9	1
03-MARÇO	72	89	2	1	6	5
04-ABRIL	12	36		1		2
05-MAIO	61		1		5	
06-JUNHO	61		4		3	
07-JULHO	82		3		9	
08-AGOSTO	79		5		8	
09-SETEMBRO	63		1		1	
10-OUTUBRO	72		5		8	
11-NOVEMBRO	77		1		1	
12-DEZEMBRO	39		8		3	
Totais	789	227	43	6	59	8

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS												1				
JULIO CESAR CANGUSSU SOUTO	58	92	79	5	34	59	88	59	22	36	73	49	23	40	89	25

MARCELO PALMA DE BRITO								12						13	19	6	14
SERGIO SILVEIRA MOURAO	26	23	1	7	33	9	6	21	43	49	6				12		
Totais	84	115	80	12	67	68	94	92	65	85	79	50	36	71	95	39	

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	182	47
02-FEVEREIRO	303	183
03-MARÇO	149	246
04-ABRIL	0	154
05-MAIO	100	
06-JUNHO	203	
07-JULHO	237	
08-AGOSTO	254	
09-SETEMBRO	191	
10-OUTUBRO	146	
11-NOVEMBRO	215	
12-DEZEMBRO	135	
Totais	2115	630

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											2				
JULIO CESAR CANGUSSU SOUTO	102	214	149	70	185	211	165	90	94	177	133		85	202	106
MARCELO PALMA DE BRITO							50					47	43	44	48
SERGIO SILVEIRA MOURAO	80	89		30	18	26	39	101	52	38			55		
Totais	182	303	149	100	203	237	254	191	146	215	135	47	183	246	154

Foram realizadas 168 audiências de 5-4-2021 até o dia 16-4-2021 e designadas 111 de 19-4-2021 até do dia 29-4-2021. Em maio estão designadas 223 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42,

90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	129	59
02-FEVEREIRO	162	127
03-MARÇO	149	141
04-ABRIL	83	74
05-MAIO	83	
06-JUNHO	87	
07-JULHO	132	
08-AGOSTO	121	
09-SETEMBRO	108	
10-OUTUBRO	141	
11-NOVEMBRO	137	
12-DEZEMBRO	58	
Totais	1390	401

	2020/ 01	2020/ 02	2020/ 03	2020/ 04	2020/ 05	2020/ 06	2020/ 07	2020/ 08	2020/ 09	2020/ 10	2020/ 11	2020/ 12	2021/ 01	2021/ 02	2021/ 03	2021/ 04
JULIO CESAR CANGUSSU SOUTO	75	121	130	57	43	77	125	85	45	79	117	58	43	62	129	54
MARCELO PALMA DE BRITO								15	8				16	32	8	15
ROSA DIAS GODRIM															1	
SERGIO SILVEIRA MOURAO	54	41	19	26	40	10	7	21	55	62	20			33	3	5
Totais	129	162	149	83	83	87	132	121	108	141	137	58	59	127	141	74

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	1116	910
02-FEVEREIRO	1134	987

03-MARÇO	1223	1278
04-ABRIL	641	611
05-MAIO	1329	
06-JUNHO	1352	
07-JULHO	1155	
08-AGOSTO	1055	
09-SETEMBRO	879	
10-OUTUBRO	988	
11-NOVEMBRO	995	
12-DEZEMBRO	537	
Totais	12404	3786

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 14-4
Processos recebidos	1.580	1.529	499
Média por dia útil	7	6,5	7,7
Processos remanescentes do ano anterior	882	471	729
Sentenças anuladas	11	9	3
Total de processos para solução	2.473	2.009	1.231
Processos solucionados	2.006	1.390	401
Processos conciliados	1.064	765	227
Produção	81,12%	69,19%	32,57%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 3,22% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 11,93%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	227
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	401

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	401
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	502

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	77
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	132

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	841
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	390

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	849
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	161

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	390
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	161
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	841
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	849
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil da Vara do Trabalho		Montes Claros - 02a Vara				
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	4º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	01/01/2020 a 31/12/2020	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,33	0,73	0,35	0,25	0,15
	I02 - Pendentes	1.894	1.930	1.797	1.865	1.923
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	9,09	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	257,42	233,87	226,94	189,87	146,49
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	118,05	118,49	116,81	118,51	133,24
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.086,98	2.131,80	2.139,86	1.831,22	1.665,50
	I07 - Taxa de conciliação (%)	52,82	53,70	53,30	53,80	55,04
	I08 - Taxa de solução (%)	126,98	122,19	105,85	96,95	90,38
	I13 - Taxa de execução (%)	233,82	277,78	597,33	480,77	178,22
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	25,30	26,83	27,42	30,75	33,96
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	61,13	61,68	56,44	63,41	68,46
	I11 - Produtividade por servidor	232,18	231,27	200,58	174,08	155,42
I12 - Pendentes por servidor	153,45	157,82	130,33	133,58	138,17	
Meso	Acervo	0,29	0,63	0,27	0,27	0,26
	Celeridade	0,46	0,44	0,44	0,42	0,46
	Produtividade	0,33	0,35	0,26	0,30	0,37
	Congestionamento	0,53	0,54	0,45	0,48	0,50

	processual					
	Força de trabalho	0,38	0,40	0,37	0,38	0,42
Macro	IGEST	0,3992	0,4708	0,3563	0,3700	0,4025
	Posição IGEST	58	100	33	45	58
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/04/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$1.581.418,56	R\$91.557,73	R\$18.893.192,42

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/1995, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 1/2011, que trata do cadastramento no BNDT; 2/2016 sobre as atribuições ao Núcleo do Foro Trabalhista de Montes Claros visando a otimização das tarefas das demais unidades trabalhistas locais e a 2/2017 autorizando o uso de SEED ou qualquer forma de comprovação às expensas da parte interessada, para notificações iniciais no âmbito do Foro Trabalhista de Montes Claros/MG.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 72,64% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,83%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 87,93% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,63% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 134,88% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,77%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 134,22% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 155,30% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 106,93%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 137,28%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 31-3-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 145 dias, sendo de 175 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 146 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional não possui processo migrável.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 2) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 3) em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, "d" do Regimento interno deste Regional, realizando audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;

- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 7) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 8) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2020;
- 10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;
- 12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à

tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

15) convocados todos os servidores da unidade judiciária a participarem dos cursos oferecidos pela Escola Judicial relacionados à utilização do PJe na gestão de vara, ao I-Gest e às ferramentas de pesquisa patrimonial, com vistas à necessária capacitação e ao constante aprimoramento dos serventuários para uma prestação jurisdicional cada vez mais adequada. A secretária da vara deverá enviar à Corregedoria Regional a relação dos servidores que participarão dos eventos, com a respectiva comprovação de sua presença;

16) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

17) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

18) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) envidados esforços para a redução do prazo de designação de instrução;

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia vinte e dois de abril de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 53, publicado no DJe 8-4-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por MARISTELA
IRIS DA SILVA MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.04.26 17:59:36 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.04.22 17:49:19 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria